

A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2010)

Cláudio Pereira Elmir

À Sandra Jatahy Pesavento (in memoriam) e Sílvia Regina Ferraz Petersen, por sua decisiva contribuição, desde o Rio Grande do Sul, à historiografia brasileira.

Este é um texto impossível. Fazer em poucas páginas um balanço da produção historiográfica realizada no Rio Grande do Sul nos últimos cinquenta anos é tarefa penosa. Se no período que corresponde à criação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), no início dos anos 1960, a institucionalização do campo de conhecimento disciplinar da história ensejava a delimitação de um espaço profissional para a tarefa de escrevê-la – e com ela, alcançar a multiplicação qualificada dos resultados desse labor -, passado meio século daquele começo, a paisagem historiográfica nacional é bastante diversa, exigindo muito mais cautela em qualquer exercício que pretenda o mapeamento ou a sistematização desse empenho.

O próprio nome assumido pela Associação naquela ocasião - de “Professores Universitários de História”, e não de “Pesquisadores” -, aponta para uma realidade significativamente outra em relação àquela que presenciamos hoje no quadro da historiografia brasileira. Aliás, este é um campo cuja existência e reconhecimento são muito recentes na comunidade daqueles que se percebem no âmbito da história.

No Rio Grande do Sul, a pesquisa histórica realizada nas universidades, na década de 1960, era uma atividade bastante rara. De fato, havia professores universitários de História, mas, entre estes, pesquisadores talvez fosse possível contar nos dedos de uma só mão. A atividade de pesquisa era feita, fundamentalmente, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), criado em 1920, e as relações que o mesmo entretinha com as universidades e, especialmente, com a área da História, não poderia ser classificada exatamente como de integração. Embora seja possível reconhecer alguns nomes comuns entre os membros do IHGRGS e de professores de cursos universitários de História no estado nos anos 1960, o campo de

atuação e os protocolos da tarefa historiadora não se faziam equivalentes, mesmo quando a pesquisa pudesse ser motivo de aparente aproximação.

Os textos produzidos pelos sócios do IHGRGS alimentaram por cerca de meio século – dos anos 1920 aos anos 1970 - o repertório historiográfico sul-rio-grandense de maneira quase exclusiva, estabelecendo e abordando os temas que deveriam merecer o empenho de suas teses, argumentos e polêmicas. No final da década de 1980, foi feito um esforço de mapear esse grupo, repertoriar autores e obras e categorizar o trabalho realizado (ver GUTFREIND, 1992). Não obstante as críticas que possam ser feitas ao referido trabalho - e elas existem - especialmente pelo tom excessivamente classificatório que o mesmo assumiu, é preciso compreendê-lo em um ambiente intelectual no qual a historiografia ainda não era objeto de reflexões teóricas mais refinadas. Nos anos 1970 e ainda na próxima década, o esforço de interpretação dos textos, muitas vezes, sucumbia às catalogações, às ideologias, aos contextos... (ver GUIMARÃES, 2005). De qualquer maneira, não raras vezes, as novas gerações que fazem o exercício da crítica historiográfica das obras de seus (contra) pares, apóiam-se nelas mesmas para dar início ao seu inquérito investigativo. Aplainado o terreno, houve, sem dúvida, uma sofisticação na aproximação aos temas historiográficos ao longo dos últimos vinte anos. As análises estruturais e horizontais cederam espaço a abordagens mais centradas e verticais (ver, por exemplo, RODRIGUES, 2006 e SILVA, 2010) e, com isto, foi possível perceber as complexas ambiguidades que resistem a sínteses apressadas de uma produção que, definitivamente, tem-se feito plural.

Antes de tratar das circunstâncias que envolvem a instalação da pós-graduação *stricto sensu* em História no Rio Grande do Sul, cabem duas ou três palavras sobre os primórdios da produção historiográfica no sul do Brasil e que se localizam em meados do século XIX. Tem-se notícia de que houve uma tentativa de constituição de um Instituto Histórico no Rio Grande do Sul por volta de 1850, a qual não logrou êxito. Em 1860, em uma segunda tentativa, cria-se efetivamente o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), o qual teve uma curta existência. Primeiro afiliado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o IHGPSP, inspirado na entidade nacional, publicou uma revista, a qual foi editada, ao que tudo indica, por apenas quatro anos (1860-1863).

Já no final da década (1868), uma outra entidade associativa de intelectuais é

criada em Porto Alegre, desta vez com um espectro de interesses mais amplo, intitulada *Partenon Literário*. Embora esta última tenha sido objeto de vários estudos no campo das Letras – realizados majoritariamente na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)-, apenas recentemente os historiadores resolveram se debruçar de maneira mais sistemática sobre essas associações e refletir sobre a natureza da história – ou do conhecimento histórico – produzida por elas (ver MACEDO DA SILVEIRA, 2008 e BOEIRA, 2009).

É inegável o vigor assumido na última década (2001-2010) pelos estudos centrados em abordagens eminentemente historiográficas na universidade, com especial destaque para dissertações e teses defendidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo Programa de Pós-Graduação em História é o único do estado a manter uma linha de pesquisa de Teoria e Metodologia. Sem dúvida, esse é um dos campos mais promissores para a produção neste próximo decênio (2011-2020). Além do fato institucional da existência de uma linha de pesquisa dedicada a esses estudos, que congrega pesquisadores (orientadores) afeitos ao debate intelectual, conta decisivamente para o incremento da área a grande massa de pesquisas concluídas nas últimas três décadas no estado e que podem alimentar o inquérito historiográfico das novas gerações. Sem contar que a opção pelo campo historiográfico favorece, de certa forma, investidas de pesquisa que podem mais facilmente romper com a circunscrição espacial mais estrita de trabalhos anteriores, alargando as condições de visibilidade e repercussão da produção oriunda do estado.

Se a medida da profissionalização da atividade de pesquisa puder ser a formação de mestres e doutores em História em cursos de pós-graduação, foi apenas nos anos 1970 que se pôde assistir a configuração desta nova realidade, quando professores universitários estabelecidos em suas carreiras investiram esforços em cursos de mestrado em busca de maior especialização, mas também em busca de consagração na profissão de professores que também queriam ser pesquisadores.

É nessa ocasião que alguns professores do curso de História da UFRGS ingressam no primeiro curso de mestrado em História do estado, criado pela PUCRS, em 1973. Vale destacar que alguns outros professores de história da mesma instituição pública optaram em realizar o curso de mestrado em Ciências Sociais da UFRGS, criado no mesmo ano.¹ Em menor número, outros ainda acabaram por fazer seus cursos

fora do estado e até mesmo fora do país, alguns dos quais ingressando diretamente em cursos de doutorado. Neste último caso, o reconhecimento de seus pares a carreiras acadêmicas consolidadas certamente deve ter pesado para tanto, a ponto de ter havido, inclusive, a dispensa do cumprimento de créditos em disciplinas em algumas situações. Outros ainda, não se pode esquecer, decidiram não perseguir o caminho da pesquisa, limitando-se às atividades de docência e, por vezes, também, administrativas.

Na primeira década do século XXI, foi interessante observar retrospectivamente o movimento interinstitucional que se construiu no campo da História entre três das mais importantes instituições de ensino superior do estado e que mantêm Programas de Pós-Graduação em História, a saber, a PUCRS, a UFRGS e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Boa parte da formação acadêmica de seus professores se deu nessas três universidades. Alunos tornaram-se professores dessas instituições e redes sociais e de trabalho seguem alimentando estas relações, embora trabalhos coletivos de ensino e pesquisa envolvendo docentes de diferentes instituições – até mesmo pela lógica mercadológica e, portanto, competitiva, estimulada pelo sistema da pós-graduação no país atualmente – ainda sejam pouco representativos.

Por outro lado, especialmente nos anos 1980, acentuou-se o movimento que levou vários professores a realizarem seus cursos de doutorado fora do estado. Há de se considerar que ainda não havia curso de doutorado no Rio Grande do Sul e a carreira universitária exigia uma especialização maior. Parte significativa daqueles professores da UFRGS que fizeram seus cursos de mestrado nas primeiras turmas da PUCRS, realizaram sua formação doutoral na Universidade de São Paulo (USP), multiplicando, alguns deles, as possibilidades do estabelecimento de relações profissionais fora do estadoⁱⁱ. Vale dizer que é na segunda metade dos anos 1980 que a PUCRS começou a sofrer a concorrência de dois novos cursos de mestrado no estado, o da UFRGS (1986) e, logo depois, o da UNISINOS (1987). Todavia, é nesta mesma conjuntura (1986) que a universidade marista põe em funcionamento o seu curso de doutorado, o qual responde até o final da primeira década do século XXI por quase 60% dos trabalhos desse nível defendidos no estado.ⁱⁱⁱ

Já a partir da segunda metade dos anos 1990 e ao longo da primeira década do século XXI, observa-se uma tendência que altera o lugar preferencial de realização de cursos de doutorado fora do estado. Vários pesquisadores que cursaram seu mestrado no

Rio Grande do Sul na mencionada década ingressam nos cursos de doutorado em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), estabelecendo novos contatos e, com isso, compartilhando debates historiográficos que certamente têm reverberado na formação acadêmica de seus próprios alunos no estado. De qualquer maneira, é muito cedo ainda para avaliar judiciosamente o peso na historiografia do Rio Grande do Sul da substituição – se assim podemos denominar – da “escola paulista” (década de 1980) pela “escola carioca” (décadas de 1990-2000) na formação das novas elites intelectuais do estado no campo do conhecimento histórico. Mesmo assim, se alguém se dispuser a investir neste caminho, haverá de considerar solidariamente o peso relativo que tanto a passagem do tempo (1980-2010) quanto a existência de diferentes gerações de pesquisadores cumprem nesta reflexão, tendo em vista que muitos dos “novos doutores” dos anos 1980 oriundos da USP foram professores, no Rio Grande do Sul, de muitos dos “novos doutores” dos anos 1990-2000 provenientes das universidades do Rio de Janeiro.

De outra parte, é importante considerar um outro lugar de produção do conhecimento histórico no estado, localizado no interior (na região do Planalto) e que tem cumprido um destacado papel na formação de mestres: a Universidade de Passo Fundo (UPF), cujo curso foi criado no ano 2000. Cerca de 15% do total de dissertações em História defendidas no estado provêm desta universidade comunitária^{iv}. Diferentemente dos outros casos citados, o curso de mestrado em História da UPF ainda não conseguiu obter uma avaliação junto ao sistema que permita a criação de um curso de doutorado.^v A opção por uma área de concentração vista como restritiva, em “História Regional”, talvez seja uma variável – mas apenas uma – a ser considerada para o estabelecimento de um diagnóstico mais ponderado.

Passada uma década desde a criação do primeiro curso de mestrado em História no interior do estado, dois novos centros de pesquisa se estabelecem em universidades federais tradicionais, situadas em cidades importantes do Rio Grande do Sul. A Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), localizada no sul do estado, criou em 2009 o seu Programa de Pós-Graduação e, logo depois, no final de 2010, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), maior universidade pública do interior, localizada no centro do estado, criou o seu Programa.

A difusão e interiorização da pós-graduação em História no Rio Grande do Sul

certamente irá promover uma alteração na distribuição do conhecimento histórico produzido nos próximos anos entre os seis cursos hoje existentes; sem considerar, ainda, a possibilidade da criação de novos cursos. No caso das universidades do interior do estado – Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria -, o fato destas últimas duas contarem com o respaldo do governo federal as coloca em posição privilegiada frente a universidades particulares. Alunos formados em cursos de graduação no interior e que, tradicionalmente, buscam aperfeiçoamento nos grandes centros de pesquisa – PUCRS, UFRGS e UNISINOS -, eventualmente farão outras opções, mais cômodas em relação a deslocamento e custos.

No entanto, há que considerar que escolhas continuarão a ser feitas também se levando em conta a história de cada curso - a trajetória institucional cumprida ao longo de mais de vinte anos (no caso das três últimas universidades citadas), o reconhecimento externo, a qualidade da pesquisa produzida e suas condições de visibilidade fora do estado e até mesmo fora do país. Se os cursos, todos eles, contarem com uma distribuição mais equânime de bolsas de pesquisa – tanto para o corpo docente, quanto, principalmente, para o corpo discente – e que, ao mesmo tempo, leve em conta os percursos cumpridos e nestes, aquilo que qualifica os cursos na sua produção, o caminho que talvez venha a orientar as escolhas dos potenciais pesquisadores recém egressos dos cursos de graduação esteja na especialização proposta, na área de concentração oferecida, nas linhas de pesquisa, enfim, que conformam - não obstante as diferenças individuais -, a identidade de um “coletivo intelectual”, como devem ser os Programas de Pós-Graduação. E, neste caso, nada impede que, em um extremo, “História Regional” (UPF), ou, em outro, “Estudos Históricos Latino-Americanos” (UNISINOS), por exemplo, constituam especialidades representativas da produção historiográfica; sem esquecer, contudo, a lição elementar segundo a qual o objeto e a abordagem não podem ser transformados em termos homólogos ou justapostos.^{vi}

O Ministério da Educação divulgou em 13 de janeiro de 2011 alguns indicadores do desempenho das universidades brasileiras. Se tomarmos apenas a situação das universidades que têm Programas de Pós-Graduação em História no estado, veremos que o desempenho de todas elas, com exceção da UPF^{vii}, é muito satisfatório. Se a UFRGS encima o ranking geral das universidades gaúchas, alcançando a segunda

posição entre as 179 universidades avaliadas no país e a nota mais alta (5), a PUCRS e a UNISINOS – as quais têm se alternado na privilegiada posição de melhor universidade particular do sul do Brasil – podem se orgulhar de seu desempenho, com a nota 4, as quais figuram, junto com a UFSM e a UFPel, entre as 38 melhores universidades do país^{viii}. Na última avaliação trienal da CAPES (2008-2010), o PPG em história da PUCRS repetiu a nota 6, os Programas da UFRGS e da UNISINOS mantiveram uma consistente nota 5 e o curso da UPF permaneceu com nota 3.

Para além daquilo que os números das avaliações institucionais levadas a efeito pelo poder público são capazes de revelar, o acompanhamento mais sistemático da vasta e variada produção docente e discente realizada no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em História no estado – lugar por excelência da pesquisa na área nos dias de hoje – permitiria melhor qualificar as hierarquias e revelar o mais importante: qual (is) história(s) está(ão) sendo contada(s) no Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, é possível acompanhar o conteúdo da produção discente de dissertações de mestrado e teses de doutorado dos Programas por meio dos sites que os PPGH mantêm (ver os endereços no final do texto) e aos quais todos têm livre acesso. Para se ter uma ideia do volume desta produção, cujo início, como já foi dito, localiza-se no ano de 1977, até o final de 2010 somavam-se, entre os quatro Programas (PUCRS, UFRGS, UNISINOS e UPF), mais de mil dissertações de mestrado e, entre os três Programas que mantêm cursos de doutorado (PUCRS, UFRGS e UNISINOS), mais de 250 teses. São quase 1350 trabalhos no total, dos quais apenas uma ínfima parte alcança publicidade através da sua publicação, quer seja sob a forma de textos na íntegra, quer seja sob a forma de artigos ou de capítulos de livros.

Já a produção docente realizada pelos professores dos Programas pode ser escrutinada através do acesso ao currículo Lattes de cada um dos 89 pesquisadores que integram o corpo docente permanente dos seis PPGH no estado (ver www.cnpq.br). Alguns com maior repercussão na comunidade dos historiadores, outros com menos, todos eles - cada um a sua maneira - têm contribuído para formar uma “cultura historiográfica” no Rio Grande do Sul a qual apenas a leviandade ou a soberba dos autores deste texto seriam capazes de, nestas poucas linhas, ousar caracterizar.

* * *

É possível, de fato, falar-se na existência de uma cultura historiográfica no Rio Grande do Sul? Que conceito de cultura historiográfica e que critérios seria necessário desenvolver para fazer esta afirmação? Qual o limite que separa e qual a junção entre o permanente e o movediço que estariam envolvidos nesta tarefa? Não há como empreender satisfatoriamente o esforço de responder a essas questões no ínfimo espaço que resta para concluirmos este texto. Alguns elementos, no entanto, podem contribuir para desatar este nó.

Houve um tempo – que talvez pudéssemos situar na década de 1980 – em que parte da historiografia erigida desde a universidade quis negar o conhecimento histórico produzido até então fora de seu âmbito. O tom da crítica, ao mesmo passo em que se afirmava contra a “ideologia”, fazia-se, como não poderia deixar de ser, ele mesmo profundamente ideológico. Assim como fundamentalistas são os outros, ideológicos também são os outros.

Nesse período, a editora Mercado Aberto, de Porto Alegre, através da *Série Documenta*, alimentou boa parte da discussão acadêmica em nível de graduação no estado, por meio de várias livros – especialmente coletâneas – produzidos por intelectuais universitários, os quais pretendiam, em boa medida, dar conta de parte da história do Rio Grande do Sul.^{ix} Estes livros constituíam leitura obrigatória, especialmente pela carência de produção historiográfica, mas também, em alguns casos, por uma recusa preconceituosa de enfrentar a produção vinculada ao IHGRGS.

O programa de dois destes livros – *RS: Economia & Política* (1979) e *RS: Cultura & Ideologia* (1980) – expresso no texto de apresentação escrito por seus organizadores, professores do Instituto de Letras da UFRGS, é significativo:

Há um tempo para as lendas e há um tempo para o fim das lendas Este parece ter chegado. Dentro e fora da Universidade, favorecidos pelas condições de trabalho e pressionados pelas profundas transformações históricas, diante das quais as antigas lendas revelaram sua completa caducidade, estudiosos de várias áreas começaram um trabalho de levantamento de dados e de busca de interpretações cujos primeiros resultados começam a aparecer agora. Em sua maior parte são aproximações iniciais, elaboradas depois de superadas dificuldades de vários tipos, que pretendem estabelecer os fundamentos de um estudo rigoroso da história do Rio Grande do Sul (DACANAL & GONZAGA, 1979, p. 5).

A história das idéias de uma sociedade é, em última instância, a história desta mesma sociedade. Se no plano do factual, apesar da

inexistência de uma boa síntese, foram levantados muitos dados da história do Rio Grande do Sul, no plano do ideológico as lendas imperam soberanas. Os ensaios aqui reunidos, uns mais, outros menos, têm o sentido de um primeiro ataque às construções do passado. Não por serem do passado, mas por jamais terem tido outra consistência que a de estarem a serviço do poder, que as legitimava. Desaparecido este flutuam caducas no espaço (DACANAL & GONZAGA, 1980, p. 3).

Produzidos no período final da ditadura no Brasil, esses livros afirmavam sua repulsa à identificação entre a política institucional e o pensamento. Se havia intelectuais comprometidos com o poder e se esta simbiose era vista como nefasta às construções sobre o passado, havia que se fazer, desde a academia, a crítica política a essa espúria relação. Inspirada por uma concepção materialista (gramsciana) de história, cara à época, a crítica era eminentemente ideológica: “Constantemente reatualizada e mesmo patrocinada pelos meios oficiais, esta história apresenta uma visão tradicional e conservadora” (PESAVENTO, 1990, p. 72). Trinta anos passados desde então, a alteração da conjuntura social e política brasileira ensejaria, hoje, quem sabe, outra compreensão de seus autores; e não apenas deles.

A História como desmascaramento, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, assumiria outra feição nas décadas seguintes. A multiplicação exponencial da produção do conhecimento histórico associada às diversas concepções históricas que informam a pesquisa hoje no Brasil dão margem a uma grande variedade de histórias que alcançam legitimidade dentro da comunidade dos historiadores.

Os encontros regionais e, especialmente, o Simpósio Nacional de História, da agora Associação Nacional de História (ANPUH), dão espaço a histórias erigidas desde abordagens as mais diferenciadas. Os Grupos de Trabalho que se têm constituído nos núcleos regionais da ANPUH demonstram, pela diversidade de enfoques a que respondem, que existe uma saudável pluralidade acerca do que se entende, em última instância, por conhecimento histórico.^x De outra parte, a existência destes mesmos Grupos de Trabalho, por vezes, revela também as disputas havidas entre os historiadores, as relações pessoais que alimentam sua existência e funcionamento, as sutis hierarquias que matizam o lugar ocupado pelos pesquisadores na área em que pretendem atuar. E esse movimento, todos nós sabemos, não se dá à parte da própria lógica de funcionamento do sistema da pós-graduação no país e das agências de fomento por ele responsáveis.

A própria delimitação do que seja uma área de investigação passa por essas variáveis e a aparente presença de um mesmo “tema” em diferentes núcleos de pesquisadores, inclusive no mesmo estado – para não dizer no mesmo Programa de Pós-Graduação -, apontam para a existência de importantes fricções no campo da pesquisa em História no Brasil (WEBER, 2006).

Em recente guia bibliográfico publicado acerca da *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional*, a leitura da distribuição das diferentes centralidades a que a temática pode assumir nos trabalhos realizados faz ver a presença e coexistência de concepções plurais na produção historiográfica regional. Se nos perguntarmos, por exemplo, qual é o lugar da “História da escravidão e da liberdade” nos grupos de trabalho da ANPUH do Rio Grande do Sul, veremos que ela se situa em espaços muito distintos, como em perspectivas historiográficas étnicas (o que não é sinônimo de abordagens através do étnico), aquelas que centralizam o escravo (mas também o liberto e o negro) eminentemente como trabalhador, aquelas que o constituem pela inserção na família, entre tantas outras.

De qualquer forma, chama a atenção, ainda dentro desta temática mais ampla, o vigor e a grandeza do campo, em termos de produção, nos mais diferentes meios^{xi}:

Assim, a história da escravidão e do pós-abolição reafirmou-se como um dos temas mais renovadores de nossa historiografia. Os números impressionam. Do final do século XIX até 1920 foram registradas 14 referências. Da década de 1930 a 1940, temos 45 títulos. Da década de 1950 a 1970, esse número já pula para 65 e, na década de 1980, já seriam 114. De 1990 até 2006, os números são, pois, de nos deixar estupefatos, por somarem 613 referências (XAVIER, 2007, p. 40).

Haveria muitos outros campos a serem considerados, entre aqueles que conformam as áreas preferenciais da pesquisa em história no Rio Grande do Sul; apenas para ficar nestas, as que resultam em uma produção mais alentada, como é o caso citado acima: os estudos envolvendo o “fenômeno da imigração” (HERÉDIA, 2003; WEBER, 2006 e WEBER, 2010); aqueles que dizem respeito ao universo do trabalho e dos trabalhadores (BATALHA, 2006; PETERSEN, 2010); os que focam a história da educação; os que tematizam o período da mais recente ditadura (1964-1985) (RODEGHERO, 2006; 2007 e 2008). Todos eles têm demonstrado vigor e resultados importantes. Vários outros campos de investigação têm avançado, como os que centralizam sua ênfase na família (SCOTT, 2006), no estudo de elites (HEINZ, 2006;

CORADINI, 2008), e em uma história social renovada, se assim podemos dizer.

Para finalizar este sumaríssimo e parcial repertório – reconhecemos – cabe um destaque a uma produção historiográfica que está sendo levada a efeito nos últimos cinco anos no estado e que tem gerado uma importante inflexão na compreensão do “político” na historiografia sobre o Rio Grande do Sul. Esta produção, que se insere no âmbito daquilo que podemos denominar de história social renovada, não apenas tem empreendido exemplares estudos microanalíticos, mas também se tem revelado profícua na revelação de jovens historiadores que demonstram rigorosa acuidade analítica, fundada em exaustivas pesquisas empíricas (por exemplo, OLIVEIRA, 2006; WITT, 2008; FARINATTI, 2010; MARTINY, 2010 e VARGAS, 2010). Com exceção da primeira referência, é possível dizer que os demais títulos citados estão empenhados em dar conta de uma espécie de “história social do político”, pela qual as múltiplas dimensões da vida social se articulam. Todos eles informados por perspectivas metodológicas oriundas da microanálise – mas não apenas dela – essas dissertações e teses - quase todas já publicadas em livro -, revigoram a historiografia produzida no Rio Grande do Sul ou sobre ele.

Referências bibliográficas:

BETT, Ianko. *A (re)invenção do comunismo*. Discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. São Leopoldo: UNISINOS, 2010 (Dissertação de mestrado em História). 261p.

BATALHA, Claudio H. M. Relações sociais de dominação e resistência: “Os desafios atuais da história do trabalho”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23 e 24, p. 87-104.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2009 (Dissertação de mestrado em História). 196p.

BORGES, Júlio de Azambuja. *Vizinhos em guarda: o anticomunismo no Brasil e na Argentina durante as ditaduras civil-militares*. São Leopoldo: UNISINOS, 2010 (Dissertação de mestrado em História). 310p.

CORADINI, Odaci Luiz (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul*. Algumas contribuições recentes. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

DA SILVA, Marcos A. (org.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: ANPUH - Marco Zero, 1990.

DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio (orgs.). Apresentação. In: *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979 (Série Documenta 2), p. 5.

DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio (orgs.). Apresentação. In: *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980 (Série Documenta 3), p. 3.

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais*. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: UFSM, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan.;jun. 2005.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global*. Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HEINZ, Flávio Madureira (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEINZ, Flávio Madureira e HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo (orgs.). *Histórias regionais do cone sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HEINZ, Flávio Madureira (org.). *Experiências nacionais, temas transversais*. Subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo, Oikos, 2009.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti & PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. *Língua, cultura e valores*. Um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no sul do Brasil. Porto Alegre: EST, 2003.

KERN, Arno Alvarez. *Realizações e perspectivas*. Pós-Graduação em História – PUCRS – 25 anos. Porto Alegre: PUCRS, 1998.

MACEDO DA SILVEIRA, Cássia Daiane. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2008 (Dissertação de mestrado em História). 189p.

MARTINY, Carina. *“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”*. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). São Leopoldo: UNISINOS, 2010 (Dissertação de mestrado em História). 364p.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula*. Um africano ladino em terras meridionais. Porto Alegre: EST, 2006.

OLIVEIRA SILVEIRA, Daniela. *“O passado está prenhe do futuro”*: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Porto Alegre: UFRGS, 2008 (Dissertação de mestrado em História). 97p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História regional e transformação social. In: DA SILVA, Marcos A. (org.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: ANPUH - Marco Zero, 1990, p. 67-79.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Tendências recentes da história do trabalho e dos trabalhadores produzida no Rio Grande do Sul pelos Programas de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2010 (Conferência apresentada no Seminário Internacional “Arquivo Edgar Leuenroth: história e pesquisa”). 34p.

POLETTI, Caroline. *Tão perto ou tan lejos...* Caricaturas e contos na imprensa libertária e anticlerical de Porto Alegre e de Buenos Aires (1897-1916). São Leopoldo: UNISINOS, 2011 (Dissertação de mestrado em História). 274p.

RODEGHERO, Carla Simone. Os historiadores e os estudos sobre o golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. *L'Ordinaire Latino-américain*, n. 203, p. 93-123, 2006.

RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, vol. 4, p. 83-112.

RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: *Vestígios do passado: A história e suas fontes* (IX Encontro Estadual de História). Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação. 1925 a 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2006 (Tese de doutorado em História). 243p.

SCHMIDT, Benito Bisso (Editor). *Anos 90*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, v. 13, n. 23 e 24, p. 1-380, jan.-dez. 2006.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. População e família no Brasil meridional dos meados do século XVIII às primeiras décadas do século XIX. São Leopoldo: UNISINOS, 2006 (Projeto de produtividade em pesquisa). 16p.

SILVA, Jaisson Oliveira da. *A epopéia dos Titãs do Pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução*, de Alfredo Varella. Porto Alegre: UFRGS, 2010 (Dissertação de mestrado em História). 200p.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte*. Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: ANPUHRS/UFSM, 2010.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões*, Vitória, n. 18, p. 236-250, 2006.

WEBER, Regina. O Rio Grande do Sul multiétnico e a produção acadêmica. São Leopoldo: UNISINOS, 2010 (Texto da palestra apresentada no Projeto “Debates (in)convenientes”). 10p.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol*. Estratégias políticas. Imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2008.

XAVIER, Regina Célia Lima. *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional*. Guia Bibliográfico. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

ⁱ Naquela ocasião, o Curso de Mestrado em Ciências Sociais comportava trabalhos desenvolvidos em três diferentes áreas, a saber, Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Parece ter havido, por parte dos egressos dos cursos de História, uma predileção por pesquisas na área de Ciência Política. Hoje, a universidade mantém Programas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) distintos, nas três áreas referidas.

ⁱⁱ Alguns outros professores, ainda, fizeram seus cursos de doutorado no exterior: no México, na França e na Alemanha, entre outros países.

ⁱⁱⁱ O primeiro curso de doutorado em história no Rio Grande do Sul foi criado pela PUCRS em 1986. O da UFRGS, instituiu-se em 1995, e o da UNISINOS, em 1999. Estes três permanecem sendo os únicos cursos existentes. Os dois primeiros estão sediados em Porto Alegre e o da UNISINOS, em São Leopoldo; todos, portanto, na região metropolitana da capital. Ao sopesar o volume significativo da produção de teses de doutorado pelo PPGH da PUCRS, relativamente aos outros dois Programas, deve-se considerar o período de 9 anos que separa sua criação da do curso de doutorado da UFRGS, e de 13 anos do surgimento do curso de doutorado da UNISINOS. Avaliações da trajetória dos Programas da PUCRS, na comemoração de seus 25 anos de existência, e da UFRGS, no seu vigésimo aniversário, podem ser conferidas, respectivamente, em KERN, 1998 e em SCHMIDT, 2006.

-
- iv Percentual de dissertações de mestrado em História por instituição defendidas no estado, entre os anos de 1977 e 2010: PUCRS, 48,98%; UFRGS, 18,96%; UNISINOS, 16,91% e UPF, 15,15%. Novamente, aqui, para relativizar os números da produção discente da PUCRS, deve-se considerar a distância temporal que separa a criação do curso da PUCRS (1973) dos Programas das demais instituições: 13 anos em relação à UFRGS (1986); 14 anos em relação à UNISINOS (1987) e 27 anos em relação à UPF (2000).
- v Cabe aqui mencionar o lapso de tempo que separa a criação do curso de mestrado do curso de doutorado nas três universidades que mantêm seus Programas de Pós-Graduação em História no estado: PUCRS, 13 anos (1973-1986); UFRGS, 9 anos (1986-1995) e UNISINOS, 12 anos (1987-1999); perfazendo, com isso, uma média aproximada de 11 anos entre a criação do mestrado e a criação do doutorado. O curso de mestrado da UPF, criado no ano 2000, completou 10 anos em 2010.
- vi Um tema que diz respeito à produção historiográfica nacional e que, a nosso juízo, ainda resta mal resolvido, incide no suposto “caráter regional” de que se ressentem o conhecimento histórico, especialmente aquele advindo dos centros menores e que, não obstante, comportam a maior parte dos Programas de Pós-Graduação em História existentes hoje no país. Fazer do espaço (“marco espacial”) a razão da abordagem e não seu ponto de partida e limite metodológico certamente contribui para o estabelecimento do rótulo desqualificador de “regional” para um número significativo de estudos no campo da História (Para uma discussão recente sobre o “regional”, desde uma perspectiva da Geografia, ver: HAESBAERT, 2010. Desde uma perspectiva historiográfica e que toca mais de perto as questões do regional que dizem respeito ao cone sul da América, ver: HEINZ & HERRLEIN JR, 2003. Uma discussão mais antiga, promovida pela ANPUH, encontra-se em DA SILVA, 1990). Reconhecer e dialogar com a produção historiográfica realizada em (e sobre) diferentes regiões do país e abrir-se para o princípio comparativo – seja em que medida for – podem contribuir para o desfazimento da pecha. Nos últimos anos, o PPG em História da UNISINOS está fazendo um esforço bem sucedido para estabelecer um sólido contato com a região do Prata, notadamente com centros de pesquisa da Argentina, o que tem redundado em dissertações de mestrado com perspectivas comparadas (por exemplo: BETT, 2010; BORGES, 2010; POLETTI, 2011) e em publicações docentes conjuntas entre pesquisadores de seu Programa, de outros PPGH do estado e do país da mencionada região (HEINZ, 2009). Ainda assim, há que considerar as condições extremamente desiguais em que se dá a circulação do conhecimento, quando se pensa na produção bibliográfica sob a forma de livros. A larga projeção que um número reduzido de publicações alcança por meio de casas editoriais comerciais fortes tem como contraponto a escassa circulação da maior parte da produção historiográfica que não obtém essas mesmas condições no mercado.
- vii A Universidade de Passo Fundo (UPF) ocupa a 76ª posição no ranking das universidades brasileiras, com nota 3 e Índice Geral de Cursos (IGC) de 271.
- viii Dados extraídos da matéria *Referências Nacionais*, publicada no jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011, Caderno Vestibular, p. 2. Relação Universidade: Posição Nacional e Índice Geral de Cursos (IGC): UFRGS: 2 (422); UFSM: 19 (358); PUCRS: 25 (349); UNISINOS: 34 (333); UFPEL: 38 (326).
- ix Além da *Série Documenta*, mais recentemente têm surgido alguns projetos editoriais que dão publicidade à produção historiográfica realizada no Rio Grande do Sul. Os exemplos mais importantes dessas iniciativas são: *Coleção ANPUH-RS*, a qual já publicou, em parceria com editoras universitárias, sete livros entre dissertações e teses entre 2004 e 2010; *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*, série de seis volumes que pretende abarcar toda a história do estado, e que foi publicada em Passo Fundo, através de uma parceria entre o PPGH da UPF e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), entre 2006 e 2009; *Coleção Biblioteca Histórica RS*, dirigida por Flávio Heinz, e que já publicou quatro livros, todos eles através de parceria entre a Editora Oikos e o PPGH da UNISINOS, entre 2008 e 2010. As editoras universitárias têm publicado algumas dissertações e teses na área da História, especialmente as editoras da UPF e da PUCRS, mas não parece haver uma política consistente e continuada neste sentido. De certa forma, é possível afirmar que a lógica empresarial que rege o funcionamento das editoras comerciais também atinge, por vezes, o meio acadêmico.
- x Entre os diversos Grupos de Trabalho (GT) que se constituíram na ANPUH do Rio Grande do Sul, desde a sua reorganização em 1995, o GT “Ensino de História e Educação” tem-se destacado entre os

demais, pela capacidade de congregiar pesquisadores, tanto nos Encontros Estaduais quanto em eventos específicos do GT, (especialmente a “Jornada de Ensino de História e Educação”), os quais já resultaram em pelo menos oito publicações até o ano de 2010.

- ^{xi} “Foram pesquisados mais de 500 periódicos acadêmicos, que ultrapassam os 10.500 volumes, finalizando 576 artigos indexados no nosso Banco de Dados. No total, incluindo livros, dissertações, teses e resumos de trabalhos apresentados em congressos acadêmicos, 851 títulos foram catalogados. Eles abrangem desde o final do século XIX até a produção publicada em 2006” (XAVIER, 2007, p. 11).